

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Jefferson da Silva Sousa

O BRASIL E A SEGURANÇA NO ATLÂNTICO SUL:  
AÇÕES PROMOVIDAS PELA MARINHA DO BRASIL PARA A INTEGRAÇÃO  
REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO COM A ESTABILIDADE E A SEGURANÇA NO  
ATLÂNTICO SUL

Rio de Janeiro

2021

CC (T) Jefferson da Silva Sousa

O BRASIL E A SEGURANÇA NO ATLÂNTICO SUL:  
AÇÕES PROMOVIDAS PELA MARINHA DO BRASIL PARA A INTEGRAÇÃO  
REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO COM A ESTABILIDADE E A SEGURANÇA NO  
ATLÂNTICO SUL

Monografia apresentada à Escola de Guerra  
Naval, como requisito parcial para a  
conclusão do Curso Superior.

Orientador(a): CF Renato da Fonseca  
Lacerda Batista

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, João e Maria, por terem me dado todo seu amor e carinho.

À minha irmã, Jennifer, pelo apoio nas horas difíceis no transcorrer do ano corrente.

Ao amigos do Quadro Técnico do CFO-2005.

Ao meu orientador, CF Lacerda, pelas valiosas dicas.

À minha filha Alice, minha mais nova inspiração.

À minha esposa Nayara, pelo sacrifício que fez para que eu pudesse me dedicar a este curso da maneira mais tranquila possível. Te amo, meu amor.

## RESUMO

A Política Nacional de Defesa do Brasil foi publicada em 1996. Constituiu-se, assim, na primeira iniciativa do país a fim de produzir um documento que orientasse esforços da sociedade para garantir integridade, soberania nacional e, ainda, estipulasse metas a serem alcançadas, os Objetivos Nacionais de Defesa. Passou por revisões ao longo do tempo, e, em 2008, surgiu, como consequência, a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa, fundamentada na Política Nacional de Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, define, de forma clara e objetiva, quais estratégias devem orientar a sociedade brasileira em ações referentes à defesa da Pátria, ao apresentar Ações Estratégicas de Defesa, vinculadas aos Objetivos Nacionais de Defesa. As revisões desses documentos, a propósito, representam o ensejar de atitudes assertivas em relação à manutenção de estabilidade na região do Atlântico Sul, notadamente efetivadas em contribuições referentes à preservação de paz e segurança. Busca-se descrever, neste trabalho, portanto, como a Marinha do Brasil cumpre essa missão por meio de ações internas, as chamadas Ações Estratégicas Navais. Apresenta-se, inicialmente, as evoluções que ocorreram, entre 1996 e 2020, na Política e na Estratégia Nacional de Defesa, precisamente quanto à região do Atlântico Sul. Posteriormente, apresentam-se alguns aspectos sobre a relação externa do Brasil com os países africanos integrantes do Entorno Estratégico brasileiro e com a Argentina, país que, juntamente com o Brasil, possui a maior área jurisdicional sul-americana sobre o Atlântico Sul. Além disso, são apresentados atores extrarregionais que atuam na área e podem vir a comprometer o clima de paz na região. Descreve-se, ao final, as Ações Estratégicas Navais que a Marinha do Brasil desenvolve e de que maneira contribuem para que o País alcance objetivos estratégicos de interesse nacional. Realizou-se pesquisa bibliográfica em documentos publicados pelo Governo Federal, Ministério da Defesa e pela Marinha do Brasil, e em livros e artigos científicos dedicados ao tema.

**Palavras-chave:** Atlântico Sul. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Plano Estratégico da Marinha.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Ações Estratégicas de Defesa
AEN	Ações Estratégicas Navais
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGMM	Diretoria-Geral de Material da Marinha
DGN	Diretoria-Geral de Navegação
ED	Estratégias de Defesa
EN	Estratégias Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
FA	Forças Armadas
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Mar Territorial
OBNAV	Objetivos Navais
ODN	Objetivos da Defesa Nacional
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PDS	Plano de Direção Setorial
PEM 2040	Plano Estratégico da Marinha
PND	Política Nacional de Defesa
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial Para os Recursos do Mar
SISGAAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO DA POLÍTICA E DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....</b>	<b>8</b>
2.1	Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.....	9
2.2	Amazônia Azul, Atlântico Sul e Entorno Estratégico.....	10
2.3	A Política e a Estratégia Nacional de Defesa.....	11
2.4	Objetivos, Estratégias e Ações Estratégicas de Defesa.....	14
<b>3</b>	<b>RELAÇÕES EXTERIORES REGIONAIS E INTERESSES EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>14</b>
3.1	As relações do Brasil com a Argentina.....	15
3.2	Presença de atores extrarregionais no Atlântico Sul e possíveis ameaças à paz regional.....	17
<b>4</b>	<b>AÇÕES PROMOVIDAS PELA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>23</b>
4.1	Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040).....	23
4.1.1	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).....	24
4.1.2	Fortalecimento da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e pesquisa de elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul.....	26
4.1.3	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).....	27
4.1.4	Obtenção de Navios-Patrolha para compor o Poder Naval (PRONAPA) e obtenção de Navio Hidroceanográfico (PROHIDRO).....	32
4.1.5	Obtenção do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas (SARPE).....	33
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Percebe-se, diversas vezes, a opção de Estados por declarar guerra contra outros Estados em busca da concretização de interesses e de imposição de vontades.

Existe, no entanto, outro movimento estratégico entre nações de um mesmo continente ou região no sentido de formar blocos políticos e econômicos para dinamizar e incrementar relações. O Entorno Estratégico brasileiro, a propósito, é definido como o espaço geográfico composto por países que circundam o Atlântico Sul. É formado por países da América do Sul e do oeste africano, região em que o Brasil pretende exercer influência política, econômica e diplomática.

O Brasil, em nome de princípios e compromissos diplomáticos, prioriza a não intervenção em assuntos internos de outros Estados, a defesa da paz entre as nações e a solução pacífica de conflitos. No entanto, as relações entre Estados podem se tornar instáveis, a depender de interesses de governos, variação capaz, assim, de provocar instabilidades. Além disso, sendo o Brasil país possuidor das maiores extensões de águas jurisdicionais marítimas do Atlântico Sul, possuidor de um litoral com cerca de 7.500 km de extensão e com uma área oceânica de cerca de 5,7 milhões de km<sup>2</sup> (BRASIL, 2020a), dimensão denominada Amazônia Azul, rica em recursos vivos e minerais, pode ter esse manancial, por vezes, transformado em alvo de interesses de outros Estados.

Elaborou-se, em 1996, a esse propósito, a primeira versão da Política Nacional de Defesa (PND), que, por sua vez, mais tarde, originou a Estratégia Nacional de Defesa (END). Perfazem-se, dessa maneira, em documentos correlacionados, publicados conjuntamente, mantendo-se, no entanto, sua separação temática, como se fossem dois volumes de uma mesma edição. Ambos, no entanto, são destinados a orientar o segmento de Defesa diante de ameaças externas.

Souza *et al.* (2018) esclarece:

A abordagem da PND tem a ênfase voltada para sua importância estratégica da Defesa como instrumento de geopolítico. O documento limita-se a fixar os objetivos e orientações para a Defesa, não estando entre suas finalidades abordar em detalhes cada tema, tarefa delegada a diversos outros documentos mais específicos, [...] como, nos temas relacionados à defesa, coube à END [...] (SOUZA *et al.*, 2018, p. 10).

Dada a posição de destaque do Brasil no continente sul-americano e a relevância das relações políticas com os países vizinhos, incluídos os localizados no continente africano, o objetivo deste trabalho, nesse contexto, é descrever as ações pelas quais a Marinha do Brasil (MB) promove a integração regional com países do Entorno Estratégico brasileiro, a fim de contribuir com a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul, de acordo com propósitos definidos nesses documentos estratégicos, fornecendo, assim, fonte de pesquisa para que se possa ter conhecimento das ações concretas realizadas por esta Força Singular.

Privilegiou-se, pois, para viabilizar este trabalho, pesquisa bibliográfica e documental da PND, END e do Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040), além de outros documentos do Governo Federal, livros e narrativas acadêmicas vinculadas ao tema.

O trabalho, a propósito, está dividido em cinco seções. Em sequência a esta introdução, a segunda seção aborda, de forma cronológica, as publicações/revisões da PND e END. Elege como ponto principal de análise, a evolução da importância do Atlântico Sul nas políticas apresentadas, culminando em ações necessárias ao País para que seja possível resguardar direitos de soberania sobre o mar adjacente ao litoral brasileiro, ou seja, as Ações Estratégicas de Defesa (AED).

Destaca-se, na terceira seção, a relevância de aspectos referentes às relações diplomáticas do Brasil com a Argentina, nação com a qual o Brasil divide significativa extensão do litoral atlântico sul-americano. Aponta-se, ainda, a presença de atores extrarregionais no Atlântico Sul e possíveis ameaças à paz regional.

Descreve-se na quarta seção, por meio de análise do PEM 2040 e alguns Planos de Direção Setorial (PDS), quais são as ações empreendidas pela MB para a integração regional no Atlântico Sul, por meio das Ações Estratégicas Navais (AEN), a fim de fortalecer a defesa dessa região.

A quinta e última seção tece comentários sobre essas AEN em vista das ameaças que se apresentam e das diretrizes contidas na PND e END, respondendo, assim, ao problema de pesquisa: as ações da MB têm promovido a integração regional para contribuir com a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul de acordo com o preconizado na PND e na END?

## **2 HISTÓRICO DA POLÍTICA E DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**

A PND foi publicada pela primeira vez em 1996 sob o nome de Política de Defesa Nacional (PDN). A finalidade principal era a de fixar os objetivos necessários para a defesa da Nação (BRASIL, 1996) e, desde então, é submetida a revisões periódicas<sup>1</sup>. Esta seção trata da publicação da PDN e de suas revisões até 2020, especificamente quanto a aspectos referentes às regiões do Atlântico Sul e do Entorno Estratégico brasileiro. Apresenta-se, entretanto, antes dessa análise, conceitos basilares para que seja possível compreender a necessidade de projeção de direitos de soberania do País sobre o mar que acompanha todo o litoral do Brasil e, portanto, intimamente vinculados a essas duas regiões.

## 2.1 Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é um tratado multilateral que trata de conceitos consuetudinários do Direito Internacional acerca de assuntos marítimos. O Brasil, internamente, aprovou a Lei nº 8.617/1993, fundamentada em conceitos definidos na CNUDM e que dispõe sobre o Mar Territorial (MT), a Zona Contígua (ZC) e a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que são faixas marítimas que se estendem sucessivamente, nessa ordem, em direção ao alto-mar, desde o litoral de países costeiros ou insulares, além de dispor também sobre a Plataforma Continental (PC).

O Brasil exerce, nessas faixas marítimas e na PC, diferentes níveis de soberania, que, em geral, proporcionam direitos sobre o subsolo; sobre o leito do mar e suas águas sobrejacentes; de fiscalização com a finalidade de evitar infrações aduaneiras, fiscais, de imigração ou sanitárias; de exploração e gestão de recursos naturais, vivos ou não vivos; de regulamentação de investigação científica marinha; de proteção e preservação do meio ambiente marítimo; de construção de instalações artificiais; e de uma parte do espaço aéreo sobrejacente. O limite exterior dessa região, desde o litoral do estado costeiro, é de 200 milhas marítimas<sup>2</sup>, podendo o limite da PC chegar até 350 milhas marítimas<sup>3</sup> (CNUDM, 1982).

A área formada pela junção do MT, ZC, ZEE e PC alinhada aos quase 7.500 km de extensão do litoral brasileiro, dispõe de uma significativa fonte de recursos vivos e não-vivos a serem preservados e explorados pelo Brasil no exercício de sua soberania. Toda essa

---

<sup>1</sup> Conforme o § 3º do Art. 9º da Lei Complementar nº 97/1999, as atualizações da PND, da END e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) devem ser realizadas a cada quatro anos.

<sup>2</sup> Milha marítima, ou milha náutica, é uma unidade de medida de comprimento que equivale a 1.852 m. Assim, o limite da ZEE é de 370,4 km.

<sup>3</sup> 648,2 km.

área, juntamente com as águas interiores sob jurisdição nacional, é denominada Amazônia Azul.

## 2.2 Amazônia Azul, Atlântico Sul e Entorno Estratégico

A Amazônia Azul, conforme definida na PND, recebe essa denominação devido à sua dimensão, que em muito lembra a da Amazônia, e “compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira” (BRASIL, 2020a, p. 75). O PEM 2040 a percebe como conceito “oceanopolítico”<sup>4</sup>, que, acrescida da Elevação do Rio Grande<sup>5</sup>, totaliza, aproximadamente, 5,7 milhões de km<sup>2</sup> e 60.000 km de hidrovias pertencentes ao Brasil, que pode ser explorado tanto para fins de desenvolvimento econômico e social quanto para disputas políticas e militares. Essa extensa área que acompanha toda a costa do País representa enorme importância estratégica, pois é o meio por onde circula cerca de 90% do comércio externo brasileiro, além de possibilitar outras atividades econômicas, tais como extração de petróleo, pesca e atividades de lazer ou turismo (BRASIL, 2020c). Trata-se, então, de considerável área marítima, comparável à da Amazônia, origem de seu nome, com delimitações, direitos e deveres fundamentados em conceitos estabelecidos na CNUDM, por meio do direito consuetudinário internacional, no qual o Brasil exerce soberania para fins de conservação e exploração de expressivos e significativos recursos naturais, bem como possui o direito de legislar sobre o seu uso, com a possibilidade de restringi-lo a outros Estados. Reitere-se, nesse contexto, que a Amazônia Azul está localizada nos limites do Atlântico Sul.

A PND denota o Atlântico Sul como parcela do Oceano Atlântico situada entre a América do Sul e o continente africano, limitada ao norte pelo paralelo 16° N e ao sul pela Antártica. O Entorno Estratégico brasileiro, por sua vez, é a área de interesse para o País que circunda o Atlântico Sul e é delimitado pela América do Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020a).

Definida, pois, como região prioritária de interesse nacional e estipulados os direitos do Brasil sobre parcela significativa dessa área, restam, então, orientações acerca de

<sup>4</sup> Conceito que abrange as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) à luz de direitos e deveres estabelecidos na III CNUDM (BRASIL, 2020c).

<sup>5</sup> Elevação do Rio Grande - Proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 km de Rio Grande-RS, com perceptível relevância estratégica (BRASIL, 2020c). As características de rochas continentais encontradas na região reforçaram a motivação do Brasil em relação ao pleito de adesão da Elevação à sua PC (BAIMA, 2018).

objetivos e de ações que deverão ser implementadas a fim de defendê-la e geri-la de forma a extrair benefícios possíveis e a contento do desenvolvimento do País. Esses objetivos e ações, por sua vez, se materializam na forma da PND e da END.

### 2.3 A Política e a Estratégia Nacional de Defesa

A PND foi submetida a quatro revisões desde sua publicação. Percebe-se, quando analisadas individualmente na sequência dessa narrativa, a relevância estratégica atribuída ao conceito de Entorno Estratégico e Atlântico Sul.

Foi publicada pela primeira vez em 1996 e era constituída por apenas cinco capítulos em 11 páginas. Destacava e reiterava a necessidade de uma política de defesa que emanasse do mais alto nível do Estado, com patamar de relevância para constituir-se referência a estratégias decorrentes. O documento atentava para o fato de a América do Sul encontrar-se distante de focos mundiais de tensão e, ainda, ser a região mais desmilitarizada do mundo (BRASIL, 1996). Tal afirmação faz sentido quando se compara a América do Sul com algumas regiões da África ou do Oriente Médio, seja pela existência de conflitos internos ou contendas entre Estados componentes de um continente. Cite-se, além dessa desmilitarização, que o processo que consagrou a redemocratização em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Equador, reduzia ainda mais a probabilidade de deflagração de conflitos. Mingst e Arrenguín-Toft (2014), ao compilarem estudos realizados por diversos cientistas políticos relacionados à hipótese da paz democrática<sup>6</sup>, citam que a constatação básica é que as democracias tendem a não entrar em conflitos armados entre si.

Nessa primeira versão, a propósito, existe somente um objetivo estratégico em que há direcionamento à manutenção da paz e da segurança internacional. Utiliza-se nesse caso, um termo genérico (internacional) em vez de um específico (regional). Destaca-se, no entanto, no âmbito das orientações e diretrizes estratégicas: a busca por estreitar relacionamento com países vizinhos, alicerçado na confiança e no respeito mútuos; a contribuição para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; a manutenção da paz e cooperação ao longo de fronteiras nacionais; e a reafirmação de ações fundadas na solidariedade em toda a América Latina e na região do Atlântico Sul (BRASIL, 1996).

---

<sup>6</sup> Paz democrática - teoria apoiada por evidências empíricas de que os Estados democráticos tendem a não entrar em guerra uns contra os outros, mas sim contra Estados autoritários (MINGST; ARRENGUÍN-TOFT, 2014).

O Decreto Nº 5.484/2005 aprovou a segunda versão da PDN, que continuava estruturada por uma parte política, contemplando a análise de ambiente nacional e internacional e os objetivos de defesa, e outra parte estratégica, que englobava orientações e diretrizes para o alcance dos objetivos de defesa.

O conceito de globalização, no ambiente internacional, ressalta a característica de interdependência crescente de países em relação à tecnologia, comércio e fluxo de capitais, além de criação de blocos econômicos. Entende-se que a globalização, nesse sentido, une-se a demais fatores que impedem ou inviabilizam declarações de guerra entre Estados, notadamente em razão de prejuízos econômicos envolvidos em disputas armadas. De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1997 *apud* JANICK, 2019), após a Guerra Fria, houve a tendência de regionalização de relações interestatais. Esse direcionamento justifica o fato de perceber-se, nesta seção de estudo sobre a evolução da PND, o crescimento da importância atrelada à região do Atlântico Sul ao longo do tempo.

O Entorno Estratégico, por sua vez, é destacado em capítulo exclusivo, enquanto um dos Objetivos da Defesa Nacional (ODN) visa promover estabilidade regional por meio da estabilidade política entre países vizinhos. Ressalta ser necessário dispor de meios dotados de capacidade para exercer vigilância e defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). As novas diretrizes, por sua vez, com atenção à região do Atlântico Sul, enfatizam, ainda, para o aumento da presença militar em regiões estratégicas e o crescimento de intercâmbio das Forças Armadas (FA) nacionais com as FA de nações amigas, em especial com aquelas de países integrantes do Entorno Estratégico (BRASIL, 2005).

Publicada à parte da PND três anos depois, a END foi aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, com a finalidade de formalizar as ações que deveriam ser implementadas com o propósito de fortalecer a Defesa Nacional e citava o Atlântico Sul como um dos pontos mais sensíveis no que diz respeito à defesa do País. As orientações contidas na END fundamentavam-se em ameaça de conflito armado no Atlântico Sul e na possibilidade de aumento de presença militar. Indicava-se, para a manutenção da estabilidade regional, além do Ministério da Defesa (MD), o envolvimento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no incremento de atividades afins e parcerias com as nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2008).

Ocorreu no ano de 2012 a mudança de nomenclatura de PDN para PND e, conseqüentemente, a mudança de ODN para Objetivos Nacionais de Defesa (OND).

Aprovadas pelo Decreto Legislativo nº 373/2013, a PND e END foram publicadas simultaneamente pela primeira vez, unindo-se a parte política à estratégica<sup>7</sup>.

A PND cita a possibilidade de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais constituírem-se motivo de conflito entre países da América do Sul (BRASIL, 2012). Nesse contexto, Medeiros Filho (2010) cita que o fenômeno da globalização cunhou a ideia de fluidez de territórios. Essa concepção fez com que a importância dirigida a entornos territoriais aumentasse, pois os Estados são entes geograficamente localizados e sua posição é um imperativo político. Dessa forma, por mais que fronteiras linguísticas, culturais e econômicas estejam sendo derrubadas ao longo do tempo em nome da globalização, o fator territorial continuará sendo de suma importância, até por ser este um dos componentes essenciais do Estado, conforme cita Dias (2013). A END, posteriormente, apresenta a ideia de que a defesa e o desenvolvimento de uma nação estejam conectados quase como que de forma simbiótica (BRASIL, 2012). Existe necessidade, pois, de investir em defesa para alcançar o desenvolvimento almejado para o País. No Brasil, no entanto, é difícil convencer a opinião pública sobre tal fato, devido ao perfil histórico de baixo engajamento em guerras.

Na revisão da PND e da END ocorrida em 2016, mas somente aprovada em 2018 (JANICK, 2019), o Atlântico Sul foi tratado como região na qual se ambiciona a manutenção do estado de paz e cooperação (BRASIL, 2016). A chamada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1986, ou seja, 10 anos antes da PDN, com a finalidade de aproveitar o potencial socioeconômico do Atlântico Sul e, concomitantemente, de impedir a proliferação de armamentos nucleares. Dos 24 países-membros, três encontram-se situados geograficamente no continente sul-americano (Argentina, Brasil e Uruguai) e os demais no oeste africano<sup>8</sup>. Toda essa região encontra-se, assim, localizada no Entorno Estratégico brasileiro. Na END, a partir de então, começou vigorar a estrutura hierárquica entre objetivos, estratégias e ações que viria a ser repetida em 2020: os OND encontram-se divididos em Estratégias de Defesa (ED), que por sua vez estão subdivididos em AED. Além do mais, uma ED pode concorrer para mais de um OND, ocorrendo o mesmo para as AED em relação às ED.

---

<sup>7</sup> As PDN anteriores, apesar de mais simplificadas, também eram compostas de uma parte política e outra estratégica. No entanto, devido ao aumento de objetivos políticos, houve a separação entre elas, culminando na publicação da END em separado no ano de 2008.

<sup>8</sup> Países-membros da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014a).

As versões mais recentes da PND e END foram encaminhadas à apreciação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013b). Nelas permanece atribuída a prioridade ao Atlântico Sul, em especial à Amazônia Azul, detentora das maiores reservas de petróleo e gás do País (BRASIL, 2020a).

As ED para a consecução do OND VII (contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais), objetivo que engloba a área do Atlântico Sul, estão descritas no último capítulo da END e são apresentados a seguir.

#### 2.4 Objetivos, Estratégias e Ações Estratégicas de Defesa

Os OND decorrem “da análise dos ambientes nacional e internacional e suas projeções [...] e devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente [...]” (BRASIL, 2020a, p. 24). O OND VII, dessa maneira, é composto pelas ED 15, 16 e 17, que preveem, respectivamente, a integração regional, a cooperação internacional e a atuação em organismos internacionais, e são compostas por 10 AED que podem ser direcionadas ao Entorno Estratégico. As descrições dessas AED estão dispostas no Anexo A, enquanto a quarta seção deste trabalho analisará as AEN constantes do PEM 2040 atinentes à região do Atlântico Sul, em consonância às AED direcionadas à mesma região.

Abordou-se, então, nesta seção, conceitos originários do direito consuetudinário internacional sobre o direito do mar que compõem convenção multilateral, que permite ao estado costeiro extrapolar o exercício de sua soberania além da área terrestre, por sobre uma delimitada área marítima. Chancelado, portanto, nesses direitos e devido à sua extensão, a Amazônia Azul e toda a área que a circunda, o chamado Entorno Estratégico, que inclui o oeste africano, tornaram-se áreas estratégicas para o Brasil, para as quais o País estipulou objetivos políticos que estão definidos em um documento de alto nível, a PND, e que, consequentemente, determinam ações constantes da END, que deverão ser implementadas em busca do alcance desses objetivos.

### **3 RELAÇÕES EXTERIORES REGIONAIS E INTERESSES EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL**

Esta seção apresentará, primeiramente, aspectos presentes na relação estabelecida entre o Brasil e Argentina, o maior parceiro sul-americano, ambos banhados pelo Atlântico

Sul e, posteriormente, identificará a presença de atores extrarregionais na área e as possíveis ameaças à paz regional.

### 3.1 As relações do Brasil com a Argentina

Percebe-se, devido às extensões, que os litorais do Brasil e da Argentina<sup>9</sup>, juntos, aproximam-se em tamanho à soma das extensões dos litorais dos países da costa ocidental da África, formada por mais de uma dezena de países. Enquanto a segurança do lado leste do Atlântico Sul deve ser exercida por vários países africanos, a oeste torna-se essencial que seja efetivada quase que exclusivamente por apenas dois: Brasil e Argentina. A cooperação entre esses países da América do Sul, pois, é essencial para a manutenção da paz e da estabilidade deste lado do oceano, e, assim, será tratado neste trabalho de forma prioritária em detrimento das relações estreitadas com os demais países sul-americanos.

Depreende-se, ao analisar o histórico da relação entre os dois países, que, além dos conflitos ocorridos no século XIX, com algum grau de enfrentamento entre Brasil e Argentina<sup>10</sup>, essa relação também foi abalada no século seguinte. Destaque-se, entre esses embates, a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu<sup>11</sup> e, também, a Teoria da Defrontação, que propunha a reclamação de um território na Antártica por parte do Brasil e, por sua vez, provocava reações negativas na Argentina, tais como acusações de expansionismo e imperialismo. Acusações de imperialismo que, se não pelo mesmo motivo, também aconteceram no passado por parte de outros países sul-americanos (SILVA, 2014).

As relações entre Brasil e Argentina somente melhoraram após a resolução do impasse de Itaipu-Corpus, em 1979<sup>12</sup>, e da assinatura da Ata de Iguazu, em 30 de novembro de 1985, que estabelecia comissão para encaminhar, aos respectivos presidentes, recomendações sobre assuntos referentes a energia, comunicação, transportes e ciência e tecnologia, o que denotava convergência política em torno de objetivos como a estabilidade política e estratégica regional. As primeiras ações decorrentes foram relativas à segurança, inclusive na área nuclear, e ensejaram confiança mútua crescente, percepção que contribuiu para diminuir a hipótese de novos conflitos entre os países. Some-se a isso o fato de o

---

<sup>9</sup> A faixa litorânea da Argentina é de, aproximadamente, 5.000 km.

<sup>10</sup> Guerra Cisplatina, Guerra Civil Uruguaia e Guerra do Prata.

<sup>11</sup> A Argentina planejava construir uma usina hidroelétrica também no Rio Paraná, a Usina de Corpus, e alegava que a obra da Usina de Itaipu prejudicaria o seu projeto de construção.

<sup>12</sup> O Acordo Tripartite Itaipu-Corpus solucionou problemas de curso de água entre Brasil e Argentina.

governo brasileiro ter sido solidário ao governo argentino na questão da Guerra das Malvinas (VAZ, 2002).

Silva (2014) cita que a cooperação entre Brasil e Argentina foi intensificada naquele momento, o que incluía a realização de exercícios militares conjuntos, mas que, no entanto, o Brasil não demonstra interesse em criar organismos de defesa coletiva relativa ao Atlântico Sul (SILVA, 2014). Os motivos para isso seriam preservar a capacidade de manobra mantida com a independência em relação a um órgão coletivo, além das relações firmadas entre Brasil e Reino Unido, prevendo-se um eventual novo conflito entre este país e a Argentina em relação às Ilhas Malvinas, uma vez que o Reino Unido é importante fornecedor de meios navais para a MB. O autor, a despeito disso, sublinha a intensa cooperação entre esses dois países da América do Sul (SILVA, 2014).

Segundo informações constantes no sítio eletrônico do MRE, Brasil e Argentina representam, juntos, mais da metade do território, da população e do PIB da América do Sul. Significam, se somados, aproximadamente dois terços da capacidade da região, estando a economia dos dois países integradas e com viés de crescimento. Em relação ao segmento político, consta ainda no sítio eletrônico que

[...] a proximidade com a Argentina constitui pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. A alta densidade da cooperação política entre ambos os países reflete-se nos frequentes encontros e visitas bilaterais em nível presidencial e ministerial. Nos últimos anos, diversos canais institucionais de diálogo foram reforçados, com destaque para: a realização de diversas reuniões da Comissão Bilateral de Produção e Comércio; a reativação do Comitê Permanente de Política Nuclear; a criação de Mecanismo de Coordenação Política, conduzido em nível de vice-chanceleres; e a retomada de foro de coordenação entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa, em formato de Diálogo Político-Militar (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

A relação do Brasil com os outros países atlânticos sul-americanos, referente à defesa e segurança, prioriza ações em fronteiras terrestres, tais como a integração fronteiriça mantida com a Guiana, que inclui o combate a ilícitos transnacionais, além de operações conjuntas entre o Exército Brasileiro (EB) e a Força de Defesa daquele país; ou, ainda, convergem para ações estratégicas não militares tais como a circulação e a melhoria de vida da população de região fronteiriça, a criação de sistemas de saneamento integrados entre cidades fronteiriças e a construção de pontes e estradas para o transporte de carga e de passageiros entre Brasil e Uruguai; a desgravação tarifária para diversos itens entre Brasil e Guiana; e a busca por regularização migratória de significativa parcela de brasileiros que

residem no Suriname. Ainda em relação a este último país, segundo o sítio eletrônico do MRE, a cooperação para os setores de defesa e segurança é assunto importante entre os dois países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021).

### 3.2 Presença de atores extrarregionais no Atlântico Sul e possíveis ameaças à paz regional

O Brasil e o Atlântico Sul, ainda que a história registre eventos como a passagem de submarinos alemães pela costa brasileira durante a II Guerra Mundial, são extensões geográficas de tradição pacífica. A título de exemplo, ainda que tenha se tratado de um conflito ocorrido entre Brasil e França, no qual foram mobilizados meios bélicos, o desenrolar da Guerra da Lagosta<sup>13</sup> efetivou-se por meios diplomáticos (BRAGA, 2009). Silva (2014) cita que a disputa entre a Argentina e o Reino Unido em relação às Ilhas Malvinas<sup>14</sup>, com a vitória deste último, foi o principal foco de tensão que envolveu um país localizado geograficamente fora da área do Atlântico Sul.

Deve-se, então, além desses conflitos, ponderar outros aspectos em relação a esses dois atores extrarregionais que, além dos eventos ocorridos nas décadas de 1960 e 1980, respectivamente, ainda hoje atuam na região. O Reino Unido possui, além das Ilhas Malvinas, a soberania sobre outras ilhas distribuídas no Atlântico Sul, a saber: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgia do Sul/Sandwich do Sul. A França, por sua vez, possui presença na região por meio de seu departamento ultramarino da Guiana Francesa, onde se localiza o centro espacial de Kourou. As possessões desses dois países na região do Atlântico Sul permite também, mesmo que indiretamente, a presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujos interesses, segundo Silva (2014), não se limitam apenas às demarcações das fronteiras dos países que a compõem, conforme descrito no Conceito Estratégico desse órgão, ao afirmar que conflitos ocorridos em outras regiões podem ameaçar a segurança da Aliança<sup>15</sup>, e que essas possessões são consideradas como facilitadoras que permitem que a porção sul do Atlântico possa ser controlada no caso da ocorrência de eventualidades que ameacem os interesses da OTAN na região (SILVA, 2014).

Apesar dos conflitos ocorridos no passado com países do continente sul-americano, o Reino Unido, por meio do fornecimento de meios navais, e a França, por

---

<sup>13</sup> Teve início quando barcos pesqueiros franceses foram avistados no litoral pernambucano. Estendeu-se até a retirada dos pesqueiros e de um navio de guerra francês enviado para dar cobertura às embarcações.

<sup>14</sup> Ou *Falkland Islands*. Ocorreu entre abril e junho de 1982, tendo por disputa a soberania sobre o arquipélago.

<sup>15</sup> A OTAN é considerada uma aliança política e militar entre os países que a compõem.

cooperar com o programa brasileiro de submarinos, efetivam-se importantes parceiros do Brasil (SILVA, 2014).

Ainda em relação a países europeus, o Ministro de Defesa de Portugal, bem como o Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, expressaram em discursos o ponto de vista de considerar todo o Atlântico, Norte e Sul, como região geoestratégica única. O interesse dessa união geoestratégica, conforme Silva (2014), é explicada como uma busca por maior protagonismo por parte destes dois países dentro da OTAN, visto que não exercem grande influência comparativamente às maiores potências europeias.

Iniciativa de Portugal, o *Atlantic Centre* foi lançado oficialmente em 14 de maio de 2021 na ilha Terceira, nos Açores, reunindo 16 países atlânticos de três continentes, os quais assinaram uma Declaração Conjunta (*Joint Statement On The Atlantic Centre*) que marcou uma nova fase de desenvolvimento dessa iniciativa, que funcionará como plataforma para análise, reflexão e diálogos políticos, além de propiciar centro de treinamento e aprendizagem com objetivo de apoiar a paz e a estabilidade no Oceano Atlântico. Ministrava-se, na semana de lançamento, um curso sobre segurança marítima no Golfo da Guiné, região conhecida por ilícitos de pirataria, e em seu discurso a jornalistas, o Ministro da Defesa afirmou ser o *Atlantic Centre* uma instituição pioneira que reúne, pela primeira vez, países Atlânticos, observando que isso jamais acontecera até ali (MUNDO LUSÍADA, 2021), embora a ZOPACAS tenha sido criada pela ONU em 1986 por iniciativa do Brasil. São signatários dessa iniciativa, além de Portugal: Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Marrocos, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Senegal e Uruguai.

O Oceano Atlântico é descrito na Declaração Conjunta do *Atlantic Centre* como o caminho para a comunicação e o comércio internacional, além de constituir-se extensão de exploração para as nações atlânticas. Enfatiza os principais desafios, entre eles o crime organizado internacional, a pirataria, o terrorismo, a migração e a pesca ilegal, não regulada e não reportada. Além disso,

[...] o *Atlantic Centre* foca em melhorar a segurança (*security*) em todo o Atlântico, como parte de uma abordagem abrangente que visa identificar e prover respostas para desafios existentes e futuros. Também é essencial para a ligação de interesses Norte-Sul, firmando uma importante plataforma para o diálogo e a cooperação para todo o Atlântico (JOINT STATEMENT ON THE ATLANTIC CENTRE, 2021, p. 1) (tradução nossa).

Segundo Silva (2014), em relação aos Estados Unidos da América, interessa àquele Estado a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul mantidas por Estados da região, contanto que se mantenha assegurada sua liberdade de navegação e atuação do poder naval quando necessário e, nesse contexto, cita a Quarta Esquadra, força naval americana com área de operação localizada no Mar do Caribe e nos Oceanos Pacífico e Atlântico ao redor das Américas Central e do Sul.

A Quarta Esquadra, a propósito, foi criada em 1942, durante a II Guerra Mundial (1939-1945), extinta em 1947 e reativada em 2008. Estabelecida com a possibilidade de atuação além do combate às drogas e à imigração ilegal, incrementada em função da presença de governos com ideologias antiamericanas e que, por esse perfil, estabelecem relações de parceria com atores extrarregionais, principalmente com o Irã, e a necessidade de manter o Canal do Panamá livre de ameaças e aberto à navegação. Esse canal, por sua vez, juntamente com o de Suez, constituem-se vias que facilitaram a consolidação de relações comerciais entre os Estados Unidos da América com os países da Eurásia, em detrimento das rotas do Cabo (contorno da África) e do Cabo Horn (contorno da América do Sul) (FIGUEIREDO; MONTEIRO, 2015).

Os Estados Unidos procuram manter a estabilidade da região do Atlântico Sul, bem como dividir custos relativos à manutenção de segurança na região, seja por meio de elogios ao Conselho de Defesa Sul-Americano ou de exercícios navais conjuntos no Atlântico Sul (SILVA, 2014).

Existe no Atlântico Sul, além da Quarta Esquadra, o Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em operação desde 2008. Trata-se de um Comando Combatente Unificado dos Estados Unidos da América, entre vários espalhados pelo mundo, responsável por operações e relações militares e de segurança desse país juntamente com 53 países africanos, exceção feita ao Egito, incluído em outro Comando Combatente Unificado. Sua missão é combater ameaças transnacionais e atores inimigos, promover a segurança regional, a estabilidade e a prosperidade, fortalecer as forças de segurança e responder a crises com a finalidade de preservar interesses dos Estados Unidos da América. Consta ainda em seu sítio eletrônico a informação de que as ações implementadas objetivam ir de encontro à influência externa no interior da região geográfica de responsabilidade do AFRICOM e, nesse contexto, ressalta que muitas atividades visam deslegitimar o Estado Islâmico do Iraque e da Síria e os respectivos núcleos que operam na África, mais especificamente nas extensões em

torno da bacia do Lago Chade. Para cumprir sua missão são realizados vários exercícios militares com nações africanas, tais como: *African Lion*, *Cutlass Express*, *Flintlock*, *Justified Accord*, *Obangame Express* e *Phoenix Express*. Alguns desses se concentram em atividades no continente, como o *Flintlock*, com o objetivo de treinar nações contra o terrorismo no norte e oeste africanos e o *Africa Endeavor*, exercício de comunicação dedicado a operações de manutenção da paz (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2021).

Há, também, no entanto, exercícios como o *Cutlass Express*, que ocorre no mar da África Oriental, devotado a ações contra a pirataria, o comércio de narcóticos e a prática de pesca ilegal, com operações coordenadas entre marinhas internacionais de forma a promover a liberdade de navegação e o livre comércio.

O *Obangame Express* é um exercício realizado na ZEE de países localizados na região definida como Golfo da Guiné e regiões costeiras do oeste africano contra agressão e atividades marítimas malignas. Esse exercício prioriza melhorar a cooperação regional em apoio ao *Yaounde Code of Conduct*, documento assinado por nações do oeste e do centro africano para fins de cooperação para repressão ao crime organizado transnacional no mar, terrorismo marítimo, pesca ilegal, não regulada e não reportada e outras atividades ilegais.

O *Phoenix Express* é um exercício marítimo anual que, além dos Estados Unidos e países norte-africanos, envolve países europeus e objetiva aumentar potencialidades e interoperabilidades. O exercício, neste ano, ocorreu entre 17 e 28 de maio e promoveu a liberdade de navegação e o livre comércio entre o Estreito de Gibraltar e o Canal de Suez. Promoveu, ainda, testes de enfrentamento para reprimir a migração irregular e o tráfico de drogas. Esse exercício registrou a participação de 11 países, em clara demonstração de aumento na cooperação regional.

O *Africa Partnership Station* (APS) é um programa de cooperação dos Estados Unidos da América com ênfase em segurança e proteção marítima (*safety* e *security*) por meio do aumento da consciência marítima, de infraestrutura e de capacidades de resposta. O programa visa capacitar nações africanas quanto à autossustentabilidade nessa matéria e a efetivar esses contingentes nacionais em operações em vias navegáveis interiores e em águas jurisdicionais marítimas.

O *Africa Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP) é um programa de apoio aos esforços do AFRICOM para combater pirataria, sequestro, tráfico de pessoas, armas e drogas, poluição marítima, pesca ilegal, não regulada e não reportada e, ainda, melhorar a

segurança marítima em geral. O programa ajuda nações africanas a desenvolver capacidade de segurança marítima e incrementar a gestão de ambientes marítimos, tornando-se, assim, autônomos em relação aos auxílios dos Estados Unidos da América, que têm, ainda, programas de cooperação em segurança que complementam as relações com nações africanas, como o *Africa Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA), no qual os Estados Unidos fornecem equipamentos e treinamentos com mentores militares para melhorar a capacitação de militares africanos (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2021).

Os Estados Unidos da América realizam, além de programas de fomento a exercícios militares, diversos compromissos que apoiam enorme variedade de atividades, com potencial de aumentar, dessa maneira, a influência no continente africano. Segundo o General Carter Ham, os exercícios realizados pela AFRICOM fortaleceram tanto as capacidades individuais das nações africanas quanto a cooperação entre estas e suas organizações econômicas regionais (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2021).

A China é outro ator extrarregional importante. Os chineses, nas últimas décadas, aumentaram presença na região por meio de empresas dedicadas ao setor de exploração de petróleo, gás e pesca no Atlântico Sul, além de atuar em cooperação militar com países africanos, tal qual o acordo firmado com a Namíbia, que, por sua vez, prevê o treinamento de oficiais e o fornecimento de equipamentos, incluindo embarcações (NKALA, 2012 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014), além do fortalecimento de laços com Angola e Nigéria (AKPE, 2012 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Existe, no Brasil, entretanto, a necessidade de aumentar investimentos a fim de que seja possível coibir a pesca ilegal em AJB situadas distantes do continente, tais como as áreas próximas às ilhas de Martim Vaz, Trindade e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo (BRASIL, 2020c). A China, como maior protagonista da pesca ilegal, não regulada e não reportada, foi denunciada como corruptora em instituições dedicadas à proteção e defesa, como a Comissão Internacional para a Preservação do Atum Atlântico, órgão que regula a pesca de atum no mundo. Há alguns anos, um pescador chinês chocou-se de propósito contra um barco brasileiro em AJB, a 100 milhas de Fernando de Noronha, onde ambos pescavam atum. Outro incidente ocorreu nas águas jurisdicionais da Argentina, em que um pescador chinês que procurava lulas chegou muito perto da costa argentina e foi metralhado e afundado (MESQUITA, 2018). Outra ocorrência deu-se em maio de 2020, com a interceptação e captura de mais um pescador chinês que praticava pesca ilegal na ZEE argentina, no qual

foram encontrados 700 kg de peixe fresco e 300 t de peixe congelado (DEFESANET, 2020a). Os chineses tentam, ainda, por meios diplomáticos, manter atividades de pesca na região. A empresa chinesa *Ample Develop Brazil Ltda* propôs ao Brasil, em 2020, o Projeto de Pesca Integrada, com investimento de 30 milhões de dólares, a ser desenvolvido na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (DEFESANET, 2020b). O projeto prevê, no entanto, a construção de uma frota de pesca de arrasto, técnica reconhecida por causar graves prejuízos ambientais.

Em relação à pirataria, o Golfo da Guiné é o local do Atlântico Sul em que se registra concentração de ataques piratas (BRASIL, 2020c). O relatório sobre pirataria e roubo armado contra navios reportados nos últimos cinco anos ao *Piracy Reporting Centre* (PRC), órgão do *International Maritime Bureau* (IMB), uma divisão especializada da *International Chamber of Commerce* (ICC), relata que, em 2020, houve 195 ações desse tipo pelo mundo. Dessas, 88 (45%) ocorreram nas cercanias do continente africano, a grande maioria, 84 ações, no Golfo da Guiné ou em países vizinhos. O maior tipo de violência sofrida por tripulações foi o sequestro ou rapto, com 135 ocorrências. Os tipos de embarcação mais atacados foram os graneleiros e os navios de carga (94 ocorrências). O relatório traz ainda a informação de que no mesmo período foram relatadas sete ações de pirataria ou roubo armado a navios de outras nacionalidades em mares do Brasil, seis delas ocorridas em portos ou ancoradouros na região de Macapá (ICC INTERNATIONAL MARITIME BUREAU, 2021).

Ressalte-se, de forma a exemplificar mais uma vez a presença de atores extrarregionais no Atlântico Sul, que, de acordo com o Complemento do Relatório Estratégico Anual de OM de Assessoramento do Comandante da Marinha – REAS/2020 da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), ocorreram, entre 2017 e 2018, várias pesquisas incluindo ingleses, americanos e alemães na região da Elevação do Rio Grande, além de existirem planos da União Europeia para o manejo ambiental daquela área (MARINHA DO BRASIL, 2020d).

Percebe-se diante dessa realidade, que as adversidades enfrentadas não são necessariamente perpetradas somente por entes estatais. A MB, portanto, deve estar sempre de prontidão e dispor de versatilidade quanto aos meios que utiliza, a fim de responder, adequadamente, às ameaças que se apresentem.

Nesse contexto, para garantir uma zona de paz e cooperação, torna-se necessário que os países da região tenham condições de fazê-lo, diminuindo a interferência de atores

extrarregionais, o que torna a boa relação entre as marinhas brasileira e argentina fundamentais (SILVA, 2014), além, claro, da necessidade de boas relações destas com as marinhas africanas.

Nesta seção, então, foram apresentados alguns aspectos da relação exterior do Brasil com a Argentina, país com o qual o Brasil possui significativa faixa litorânea no Atlântico Sul. Destacou-se, ainda, a presença de alguns atores extrarregionais que possuem interesses, em algum nível, na região e podem vir a atentar contra a estabilidade no Atlântico Sul.

#### **4 AÇÕES PROMOVIDAS PELA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL**

A presente seção visa detalhar as ações que a MB empreende para promover a integração regional com países do Entorno Estratégico brasileiro, a fim de contribuir com a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul.

##### **4.1 Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**

O PEM 2040 é um documento de alto nível no qual constam, distribuídos em cinco capítulos, conceitos referentes a doutrinas disseminadas na MB. Por ter sido publicado no ano de 2020 e ter um horizonte de 20 anos, foi denominado PEM 2040. O propósito é orientar o planejamento da MB em médio e longo prazo. Os capítulos dissertam sobre o ambiente marítimo e fluvial e discorrem sobre conceitos político-estratégicos relacionados a esses espaços; as principais ameaças existentes nas AJB; o conceito estratégico marítimo-naval; o Mapa Estratégico da Marinha com os respectivos Objetivos Navais (OBNAV); e, por fim, as Estratégias Navais (EN) e as AEN decorrentes, alinhadas às orientações e diretrizes constantes da END. Para este trabalho acadêmico, analisar-se-á as AEN relacionadas ao Atlântico Sul.

Os OBNAV representam, similarmente à estrutura apresentada na END, o que deve ser feito e dividem-se em EN, que estabelecem como os OBNAV devem ser executados e que, por sua vez, estão subdivididas em AEN, que são as ações concretas e que representam os caminhos que deverão ser trilhados por cada setor da MB. Analisaremos as oito AEN cujas finalidades estão diretamente atreladas ao Atlântico Sul. A relação dos OBNAV, EN e AEN,

com suas respectivas descrições e Organizações Militares responsáveis, pode ser consultada no Anexo B.

#### 4.1.1 Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

A AEN referente à implantação da defesa proativa da Amazônia Azul (AEN – DEFESA-2), que prevê a implantação de um sistema de defesa que disponha de consciência situacional e agilidade decisória, está intimamente ligada à AEN referente ao desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) (AEN – CSM-1), sendo este sistema a ferramenta necessária a assegurar a Consciência Situacional Marítima (CSM)<sup>16</sup> na região do Entorno Estratégico.

São necessários dois requisitos a um sistema de defesa: controle e proteção. O primeiro, para que possa contribuir com a defesa proativa, deve ser precedido de efetivo monitoramento. A proteção, por sua vez, requer pronta resposta às ameaças e pode, inclusive, ser realizada pela combinação de esforços das FA, como por exemplo, o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) à MB para alcançar rapidamente regiões marítimas mais distantes (BRASIL, 2020c).

O SisGAAz relaciona-se ao primeiro requisito apresentado. Trata-se de sistema em fase de implementação, composto por subsistemas e concebido para permitir extenso monitoramento e controle sobre as AJB e áreas internacionais de responsabilidade do País, notadamente destinadas a operações de Socorro e Salvamento (SAR – *Search and Rescue*). Pretende-se, dessa forma, aumentar a capacidade de defesa proativa da nação, uma vez que será possível antecipar-se em relação ao que ocorre na Amazônia Azul em termos de meios que se movimentem por ela e apresentem potencial de causar prejuízos à defesa, segurança, economia ou meio ambiente. Busca-se, assim, neutralizar ameaças antes que possam causar riscos à integridade nacional. Esse sistema de gerenciamento será essencial para viabilizar maior enfrentamento contra ilícitos marítimos, principalmente os que são perpetrados na ZEE, em espaços geográficos mais distantes do continente.

O SisGAAz é coordenado pela MB em parceria com agências e órgãos governamentais e se propõe a monitorar e controlar uma área de cerca de 22 milhões de km<sup>2</sup>. Integram, com esse intuito, o SisGAAz, o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios

---

<sup>16</sup> CSM – a efetiva compreensão de tudo que está relacionado ao meio marinho e que possa causar impacto na defesa, na segurança, na economia e no meio ambiente do Entorno Estratégico (BRASIL, 2020c).

de Longa Distância (LRIT), o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAN) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS). O SisGAAz está conectado, entre outros órgãos, às redes da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Receita Federal e da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) (LAMPERT; COSTA, 2020).

Promulgou-se, de forma a complementar e contribuir para maior efetividade do SisGAAz, o Decreto nº 10.293, de 25 de março de 2020, que alterou o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e ampliou a área de atuação do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), de forma a incluir o MT, a ZEE e outras áreas consideradas de interesse. Em 27 de novembro de 2020, por sua vez, foi assinado em Brasília um plano de trabalho para o desenvolvimento de ações entre a MB e o CENSIPAM, com o intuito de monitorar conjuntamente a Amazônia Azul, fundamentado na cooperação desses dois entes federais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). O CENSIPAM é um órgão constituído por três centros regionais localizados em Belém (PA), Manaus (AM) e Porto Velho (RO) e um centro de coordenação-geral localizado em Brasília (DF). Foi criado há 19 anos e utiliza infraestrutura tecnológica composta por subsistemas integrados de radares, estações meteorológicas, sensoriamento remoto e plataformas de coletas de dados para fins de monitoramento da Floresta Amazônica (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021). Em contribuição à expansão do SisGAAz, a parceria possibilita contemplar a Amazônia Legal e o Pantanal por meio de uso do sistema de satélites do CENSIPAM. Essa interação, a propósito, é essencial para a evolução do SisGAAz, notadamente porque se encontram incluídas na Amazônia Azul não somente as águas situadas no Atlântico Sul, mas também 60.000 km de hidrovias pertencentes ao Brasil em região continental.

Na MB, o gerenciamento do SisGAAz é de responsabilidade da Diretoria-Geral de Material da Marinha (DGMM) e está previsto no seu PDS (MARINHA DO BRASIL, 2021a), que está em consonância com o PEM 2040. O PDS destaca a necessidade de desenvolver soluções tecnológicas de monitoramento de radares de curto, médio e longo alcance a serem validados no litoral do Estado do Rio de Janeiro até novembro de 2024 e, posteriormente, a disseminação desse emprego ao longo do litoral brasileiro.

O SisGAAz é um sistema ambicioso e, em razão da proporção da região que se propõe monitorar, demandará elevada prioridade dentro da MB e significativa disponibilidade de recursos por parte do Governo Federal no longo prazo.

#### 4.1.2 Fortalecimento da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e pesquisa de elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul

O fortalecimento da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) (AEN – DESENVOLVIMENTO-5) e a pesquisa de elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul (AEN – CSM-4) são gerenciadas pela SECIRM, esta última compartilhada com a Diretoria-Geral de Navegação (DGN). A primeira ação relaciona-se a Programas e Planos Setoriais direcionados ao conhecimento e aproveitamento sustentável de recursos naturais de áreas marinhas e costeiras. É tratada como ação indispensável para a governança da Amazônia Azul, de modo a significar protagonismo ao Brasil no Atlântico Sul. A segunda ação visa realizar levantamentos hidrográficos, oceanográficos, meteorológicos, geológicos e geofísicos em regiões estratégicas do País, fomentando pesquisas científicas marinhas (BRASIL, 2020c). Em seu Plano de Direção Setorial (PDS-SECIRM) (MARINHA DO BRASIL, 2020b), a SECIRM subdivide essas AEN em diversas ações setoriais.

Com a finalidade de fortalecer a CIRM, a SECIRM prioriza o levantamento do potencial ainda desconhecido ou não explorado da Amazônia Azul e de áreas marinhas internacionais de interesse. Atua, assim, a fim de identificar novas oportunidades e manter as atuais interações com instituições nacionais e internacionais (MARINHA DO BRASIL, 2020b). Em referência a essa ação, a X edição do Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM) foi aprovada em 2020 e tem vigência até 2023. Seu propósito é o de sistematizar atividades de pesquisa de modo a atender à demanda de dados sobre recursos naturais e energéticos das AJB, ilhas oceânicas e áreas marítimas internacionais de interesse, com o intuito de oferecer condições à exploração sustentável e ao monitoramento efetivo da Amazônia Azul; tudo isso de modo a propiciar respostas a situações tais como alterações climáticas e ao desenvolvimento da Economia Azul (MARINHA DO BRASIL, 2020c), que visa à contribuição do oceano para a economia, ao mesmo tempo em que se preocupa com a sustentabilidade ambiental e ecológica. O X PSRM assumiu compromisso de prestar informações à sociedade brasileira de forma a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico da nação. Apoiar, também, dessa forma, o aprimoramento da Mentalidade Marítima, ação que busca levar à sociedade brasileira, conhecimento sobre os recursos do mar e a importância que eles representam para o desenvolvimento do País. Destaca-se, ainda, como uma das ações constantes do X PSRM, o auxílio a assuntos vinculados a oceanos para a

Agenda 2030, documento originário da ONU que almeja a sustentabilidade ambiental mundial (AGENDA 2030, 2021).

Projeta-se, em referência a AEN de pesquisa de elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul, a ocupação por meio da implantação, manutenção ou reconstrução de estações científicas nos arquipélagos de Fernando de Noronha, da Ilha da Trindade e de São Pedro e São Paulo e o incremento de atividades do Desenvolvimento e Aproveitamento Sustentável da Amazônia Azul (PRO AMAZONIA AZUL). Há, ainda, a coordenação e o desenvolvimento de atividades do Grupo de Trabalho – SisGAAz (GT–SisGAAz) e o apoio à realização de comissões de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), especialmente sobre a cordilheira Mesoatlântica (MARINHA DO BRASIL, 2020b), onde são realizadas, desde 2012, pesquisas de sulfetos polimetálicos, por meio do qual o Brasil reitera protagonismo em pesquisas em águas profundas do Atlântico Sul (MARINHA DO BRASIL, 2020c). Essa AEN torna-se uma das principais relativas ao envolvimento da sociedade civil com atividades desenvolvidas pela MB, pois pode propiciar o engajamento de pesquisadores, por meio de sociedades acadêmicas, além de fornecer dados ao público e demais entidades interessadas, a fim de promover a Mentalidade Marítima. Auxilia, ademais, com a identificação de regiões estratégicas nas quais se pode direcionar ações que deverão ser empreendidas pelo SisGAAz (MARINHA DO BRASIL, 2020c).

Essas AEN, a propósito, permitem fomentar conhecimento em relação à enorme região oceânica na qual o País exerce algum grau de jurisdição, seja em relação aos ecossistemas existentes ou à potencialidade econômica mineral, por meio da capacidade do País em manter ocupadas, e com finalidades específicas, as possessões distribuídas no Atlântico Sul.

#### 4.1.3 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

A AEN – POLÍTICA EXTERNA-1 visa realizar ações que impulsionem a interação entre as marinhas amigas na ZOPACAS, de forma a concretizar a parceria em assuntos afetos à defesa e à segurança no Atlântico Sul.

A exemplo do histórico entre Brasil e Argentina, país vizinho cujo estreitamento das relações ao longo do tempo proporcionou vantagens recíprocas, o adensamento das

relações externas entre o Brasil e os países africanos tornou-se o próximo passo no sentido de estabelecer política de boa vizinhança em torno do Atlântico Sul.

A ZOPACAS, assim, foi criada pela ONU em 1986, no contexto da Guerra Fria. Trata-se de organização composta por 21 países africanos e três sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai), todos banhados pelo Atlântico Sul, com objetivos de aproveitar o potencial socioeconômico da região e evitar, principalmente, a presença de atores extrarregionais e a introdução de armamentos de destruição em massa, notadamente armamentos nucleares. O estabelecimento da organização foi proposta pelo governo brasileiro. O único voto contrário à proposta foi dos Estados Unidos da América, o que denota posicionamento defensivo desse país no sentido de assegurar rotas livres no Atlântico Sul sem a interferência de um país ou associação regional que possa significar algum embaraço a seus interesses.

A ZOPACAS, após algumas reuniões ministeriais ocorridas entre 1988 e 1998, ficou inativa por quase 10 anos, quando o avanço da pirataria na costa ocidental da África culminou na VI Reunião ocorrida em Luanda, Angola, em 2007 (AMORIM; CHIOZZO, 2017). Trata-se de organização importante para a congregação de atores regionais, pois “consiste na única estrutura que reúne todos os países da bacia do Atlântico Sul” (WIEMER, 2013, p. 199).

Destaque-se, pois, com o propósito de cumprir essa AEN, a compra, pelo governo angolano, de sete navios-patrolha produzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), por meio da assinatura de um Memorando de Entendimento Técnico que viabilizou o apoio da MB ao Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (PRONAVAL). Desses, quatro seriam produzidos no Brasil e três seriam fabricados em Angola, a fim de capacitar a marinha daquele país a operar e construir embarcações. Esses equipamentos, por sua vez, seriam empregados no combate à pirataria e ao terrorismo, prevendo o memorando, ainda, a qualificação de integrantes da Marinha Mercante (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014b). Ressalte-se que, além da EMGEPRON, existe a participação de outras empresas da indústria de defesa, sejam públicas ou privadas, tais como a Embraer e a Taurus, que produzem e exportam armamentos e equipamentos (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

A ampliação de parcerias entre Brasil e Cabo Verde no segmento de defesa, como a realização de exercícios conjuntos entre suas FA, o intercâmbio em áreas de inteligência de

informações para controle de espaços aéreos e marítimos no Atlântico Sul e, ainda, a formação de militares daquele país (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015) é outro exemplo relevante de cooperação entre integrantes da ZOPACAS. Os dois países estabelecem relações, em especial, referentes à busca e salvamento e segurança marítima destinada ao combate ao tráfico de drogas e de pessoas e ao comprometimento do Brasil em prestar auxílio no mapeamento da plataforma continental daquele país (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). A Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde (MAN Cabo Verde) atua no país desde 2013. Participou, até aqui, entre outras ações, do reparo do Navio-Patrolha Espadarte, que permanecera inoperante por cerca de 10 anos. O trabalho da missão foi essencial para recuperar o sistema de controle e de indicação de máquinas propulsoras; na instalação de um novo sistema de indicação de leme; na revisão de sistemas de alarmes de incêndio, alagamento e de esgoto; e na resolução de problemas atinentes ao rendimento dos Motores de Combustão Principal. A MAN Cabo Verde presta, ainda, serviços de capacitação de Liderança e *Media Training* para a Guarda Costeira do país (MARINHA DO BRASIL, 2021b). São realizados, adicionalmente, exercícios como o COSTEIREX, dirigido por militares brasileiros, que simulam situações de crimes transacionais, fiscalizações de pesca e segurança portuária para fins de manutenção de estado de prontidão ao efetivo da Guarda Costeira de Cabo Verde (MARINHA DO BRASIL, 2018c).

Em relação à Namíbia, por sua vez, Abdenur e Souza Neto (2014) citam que, entre 2001 e 2011, 1.179 militares namíbios estiveram presentes no ensino militar da MB. O Brasil, a propósito, perfaz-se em agente da maior importância na formação da marinha daquele país, desde a independência, em 1990, ao participar da formação de pessoal e estruturar a Força Naval (MEDEIROS, 2002 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). Ressalte-se que a Força Naval da Namíbia recebeu navios e lanchas-patrolha do Brasil, além de ter concluído a compra de um navio fabricado em estaleiro brasileiro (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Sublinhe-se, em referência ao relacionamento com a África do Sul, a parceria com o Brasil no projeto do míssil A-Darter, lançado em 2006, com investimento dos dois países. Houve, também, em 2010, a celebração de uma parceria estratégica para o estímulo à cooperação e ao intercâmbio em segurança e defesa com a possibilidade de projetos conjuntos na indústria de aviação, incluindo, ainda, o interesse no desenvolvimento de um programa sobre o fundo e os recursos marinhos do Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

O India-Brazil-South Africa Maritime (IBSAMAR), por sua vez, é uma série de exercícios navais que envolvem esses três países e acontecem na Índia (Oceano Índico) e na África do Sul desde 2008 com alguma regularidade, ocorrendo, em média, a cada dois anos, e na qual o Brasil extrapola o intercâmbio para com um país situado fora do Entorno Estratégico. O Brasil participou de exercícios com meios de superfície, helicópteros e destacamento de Mergulhadores de Combate (MARINHA DO BRASIL, 2018a). Destaque-se que, para efetivar esses exercícios, em que se percorre distâncias significativamente longas, a MB programa-se para obter o máximo benefício em relação a esses destacamentos, a exemplo do que ocorreu em 2018, em que o Grupo-Tarefa brasileiro, além de participar do IBSAMAR, esteve também da Operação ATLASUR, realizada no continente africano, entre as marinhas da Argentina, África do Sul, Brasil e Uruguai. Essa operação envolveu somente países do Entorno Estratégico com o propósito de consolidar o entrosamento entre as respectivas marinhas e consolidar a presença delas no Atlântico Sul. Na missão coube, ainda, a visita ao porto de Maputo, em Moçambique, de forma a atender a eventos em apoio a compromissos firmados no contexto da CPLP (MARINHA DO BRASIL, 2018b).

A Nigéria é outro país africano com o qual o Brasil estabelece relações. Houve, em 2010, a assinatura de um acordo de cooperação em defesa de projetos navais conjuntos, além de discussões acerca do estabelecimento de posição coordenada entre os dois países sobre a atividade de mineração no Atlântico Sul, de modo a evitar prejuízos às rotas de navegação que utilizam o espaço marítimo entre esses dois países (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Brasil e Guiné Equatorial também assinaram acordo de cooperação em defesa em 2010. O Brasil se comprometeu a prestar assistência em treinamentos e exercícios militares conjuntos e fornecer embarcações produzidas no Brasil (UCHOA, 2010 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Consta, na base de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão integrante da estrutura do MRE, que a agência atua conjuntamente com as FA do Brasil, desde 2011, na capacitação de países africanos como: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Senegal, Benim, Nigéria e Angola” (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). Essa atuação objetivou treinamento, fornecimento de armas e equipamentos e colaboração em pesquisas, além da abertura de 68 embaixadas e consulados em países africanos onde não havia representação diplomática, tais como: São Tomé e Príncipe, Togo, Benim, Libéria, Serra

Leoa e Guiné Equatorial. Na região do Atlântico Sul, antes dessa expansão, o Brasil só possuía representação política na Argentina, Uruguai, África do Sul, Angola, Namíbia e Nigéria. (EXMAN, 2007 *apud* ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

O treinamento de oficiais e a colaboração acerca de levantamento de plataformas continentais fazem parte de protocolos de cooperação em defesa assinados entre o Brasil e países africanos, tais como: Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Benim e Senegal (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014), além da Namíbia.

O Brasil sediou o primeiro Seminário ZOPACAS – Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento, do qual participaram militares dos países integrantes e no qual foram apresentados procedimentos operacionais bem-sucedidos, de forma a promover o intercâmbio de experiências e o conseqüente benefício a países da região do Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013a).

Em outubro de 2020, a MB em conjunto com o MRE e o MD, realizou o webinar (*webinar*) “A contribuição da ZOPACAS para o Desenvolvimento Econômico e a Segurança Marítima no Atlântico Sul”, com o propósito de fomentar o debate sobre esses dois assuntos com a presença de militares, diplomatas e acadêmicos. Havia representantes de 25 países. Tratou-se de assuntos referentes às riquezas do mar, à importância de proteção das Linhas de Comunicações Marítimas e ao combate de ilícitos no mar, além da fundamental importância da cooperação para o atingimento de objetivos comuns às nações amigas (MARINHA DO BRASIL, 2020e).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), por sua vez, estrutura os principais exercícios militares realizados com outros países. A finalidade é estreitar relações com as marinhas amigas e, ainda, aprimorar adestramentos conjuntos, sejam eles praticados somente com países sul-americanos, destacadamente com a Argentina (ASPIRANTEX, ACRUX, DIPLOMEX e FRATERNO), com países africanos (ATLASUR, IBSAMAR e FELINO) ou ainda com atores extrarregionais (UNITAS) (BRASIL, 2020b). Esse mesmo documento apresenta ainda algumas operações de paz da ONU em países africanos integrantes do Entorno Estratégico que têm participação de efetivos brasileiros, a saber: Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali (MINUSMA), Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) e Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Conforme Amorim e Chiozzo (2017),

De fato, o Brasil conseguiu balizar sua posição internacional como a de uma potência média confiável, defensora de valores cooperativos e que, no caso do Atlântico Sul, tem contribuído decisivamente para a formação de uma comunidade de segurança, no âmbito da ZOPACAS (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p. 118-119).

#### 4.1.4 Obtenção de Navios-Patrolha para compor o Poder Naval (PRONAPA) e obtenção de Navio Hidroceanográfico (PROHIDRO)

A EN Construção do Núcleo do Poder Naval (EN-6.2), que visa substituir os meios navais que ultrapassaram ou estão próximos de ultrapassar a vida útil, prevê duas AEN ligadas à Amazônia Azul: a obtenção de Navios-Patrolha (PRONAPA) (AEN – FORÇA NAVAL-4), para atividades de proteção da região, e a aquisição de Navios Hidroceanográficos (NHo) (PROHIDRO) (AEN – FORÇA NAVAL-5), a serem empregados em proveito do Poder Naval. Na MB essas AEN são gerenciadas pela DGMM e estão previstas no PDS.

O PRONAPA é um programa de construção de Navios-Patrolha em parceria com a EMGEPRON. A RFI (request for information)<sup>17</sup> do PROHIDRO foi publicada em março de 2020. Esse programa é o resultado da parceria entre a MB e a PETROBRAS. Diante da relevância para as atividades da DGN, essa OM assessora a DGMM e acompanha o PROHIDRO, contribuindo para a execução do programa. A elaboração de requisitos para os meios previstos no PROHIDRO perfaz-se em Ação de Direção Setorial (ADS) do Plano de Direção Setorial da DGN (PDS-DGN) (MARINHA DO BRASIL, 2020a).

O PRONAPA prevê, portanto, a obtenção de Navios-Patrolha de 500 t com projeto da própria MB ou a aquisição de meios similares, além de Navios-Patrolha Oceânicos, com deslocamento de 2.000 t e projeto, também, da própria MB. Esse programa contribui para a elevação do potencial da Base Industrial de Defesa (BID), ao proporcionar conhecimento científico e direcionar o País à autossuficiência na construção de meios necessários à defesa naval brasileira. Os Navios-Patrolha Maracanã e Mangaratiba estão em fase de construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com previsão de entrega em 2022 e 2024, respectivamente (DIEHL JUNIOR, 2021). O Navio-Patrolha é um navio de guerra de menor porte, comparativamente a Corvetas e Fragatas, indicado para Patrulhas Navais e fiscalizações no MT ou na ZEE. O equipamento, dessa forma, é empregado no combate a infrações

---

<sup>17</sup> Trata-se de um processo de solicitação de informações com a finalidade de coletar dados sobre as capacidades técnicas de vários fornecedores.

aduaneiras, ilícitos de pesca ilegal, não regulada e não reportada, pirataria, segurança a plataformas de extração de petróleo e gás, escolta de navios mercantes e, ainda, em atividades de salvaguarda da vida humana no mar, precisamente na região de responsabilidade do Brasil (SAR – *Search and Rescue*).

O PROHIDRO, por sua vez, encontra-se em fase de concepção e prevê a obtenção de Navios Hidroceanográficos, que são embarcações empregadas para fins de pesquisa, hidrografia, levantamentos meteorológicos e oceanográficos. Ainda que não seja indicado para ações de combate, mas diante de cooperações entre o Brasil e outros Estados, tais como os auxílios a países africanos nessas áreas de conhecimento, contribui para o estreitamento de laços estatais e, assim, auxilia na integração regional. Os navios hidroceanográficos são subordinados ao Centro de Hidrografia e Navegação (CHN) e aos Serviços de Sinalização Náutica (SSN) de Distritos Navais e são imprescindíveis para o cumprimento da missão da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). O trabalho realizado com o apoio de tais embarcações viabiliza a navegação comercial e estimula a integração de áreas marítimas, visto que aprimora a eficácia de auxílios à navegação (DIEHL JUNIOR, 2021).

#### 4.1.5 Obtenção do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas (SARP-E)

A EN Poder Naval do Futuro (EN-6.3) prevê a AEN referente à obtenção do SARP-E (AEN – FORÇA NAVAL-8), para fins de contribuição para a CSM em defesa da Amazônia Azul. Trata-se de um sistema composto por seis aeronaves remotamente pilotadas, lançador, estação de recolhimento, duas estações de pilotagem remota e treinador, com entrega prevista para 2021. A capacitação operacional das FA permitirá o monitoramento da superfície do mar desde o espaço aéreo, por meio de uma rede integrada entre as três Forças Singulares. As aeronaves que compõem o SARP-E poderão ser os principais meios empregados em missões de monitoramento ou combate, sobre a terra ou o mar. A aquisição do SARP-E “ScanEagle” amplia a capacidade dos meios operacionais em missões de reconhecimento, vigilância e inteligência, e contribuirá significativamente com o SisGAAz, pois, por suas características, aumentará a capacidade de detecção, localização, acompanhamento, identificação e interceptação de elementos indesejáveis em AJB (DIEHL JUNIOR, 2021).

Assim, as AEN dispostas no PEM 2040, entre outros aspectos, direcionam para a consecução de controle e defesa da Amazônia Azul e as extensões desta área no Atlântico Sul

no contexto do Entorno Estratégico, seja por meio da implantação de sistema de gerenciamento, a realização de pesquisas de elementos de interesse estratégico, o incremento na interação entre as marinhas amigas da região ou a obtenção dos meios necessários ao Poder Naval para que este cumpra sua missão constitucional.

Ressalta-se que, em termos de investimentos em defesa, o valor aplicado pelo Brasil nesse setor representa apenas 2% do total mundial. Ao comparar esses gastos em relação ao PIB, o País está atrás de Estados como Colômbia, Equador, Uruguai, Chile, Honduras e Bolívia (BRASIL, 2020b).

## **5 CONCLUSÃO**

Percebe-se o claro interesse político em relação ao Atlântico Sul, o que vem sendo demonstrado ao longo das reiteradas revisões na PND/END desde sua primeira publicação.

O Brasil possui extensa região marítima sob sua responsabilidade sobre a qual exerce algum grau de soberania, constituindo-se na maior do Atlântico Sul, e, ao longo do tempo, essa área tem aumentado consideravelmente, a exemplo da recente inclusão da Elevação do Rio Grande na ZEE. Por se constituir em potencial fonte dos mais variados recursos naturais, torna-se extremamente valiosa devido à expectativa dos benefícios que pode gerar ao Estado. A “propriedade” dessa imensa massa de água, que cresce cada vez mais, demanda elevada capacidade de exploração, manutenção e, sobretudo, defesa. No entanto, conforme o LBDN, países com menores expressões territorial e econômica gastam mais com defesa, relativamente ao seu PIB, do que o Brasil.

O OND atinente à contribuição para a estabilidade regional, à paz e à segurança internacional, com suas ED de promoção da integração regional, promoção da cooperação internacional e de atuação em organismos internacionais, bem como as consequentes AED, que visam, em linhas gerais, parcerias estratégicas, intercâmbios militares, participações em organismos multilaterais de defesa regional, fomentos de confiança mútua e a realização de adestramentos em operações internacionais, são, sistematicamente, refletidos pela MB em EN e AEN que destacam aspectos relacionados ao Atlântico Sul, tais como: a proteção das águas e a implantação de defesa proativa na Amazônia Azul, por meio de um sistema que permite maior vigilância e CSM e pela obtenção de meios navais e aéreos, que devem ser em quantidade condizente com a dimensão da região de interesse, de forma a manter a Força

sempre modernizada e em condições de aprestamento; a ocupação das ilhas oceânicas com a finalidade de construir estações científicas; a pesquisa de elementos de interesses estratégico nas águas do Atlântico Sul; o fortalecimento de um colegiado composto por representantes de diversos órgãos e ministérios (CIRM) de modo a envolver o meio civil e demonstrar a enorme importância do oceano para o desenvolvimento da nação, promovendo a Mentalidade Marítima; participação em missões capitaneadas pela ONU; a participação em exercícios militares com outros países; e o incremento nas relações com as marinhas amigas, em forma de auxílio referente à formação de pessoal, ou, ainda, no fornecimento de meios e no compartilhamento de ações sobre as quais o Brasil detém *expertise*, como o levantamento oceanográfico de regiões atinentes à PC de países que necessitam desse tipo de auxílio, fundamental para tornar a região do Atlântico Sul, cada vez mais, em um espaço de paz e cooperação e no qual o País possa ser o protagonista.

Agir nesse sentido, pois, torna-se essencial para que seja possível formar um núcleo regional de defesa e ser protagonista, com a participação de países africanos e sul-americanos, em especial a Argentina, notadamente em razão da extensão do litoral, da relação firmada com o Brasil e da posição geográfica que ocupa. Essa ação coordenada deverá coibir ilícitos cometidos por agentes locais e tratar com especial atenção a presença de atores extrarregionais que possuem ambições territoriais, econômicas e políticas na região do Atlântico Sul, a exemplo dos intercâmbios, programas e exercícios que ocorrem em países africanos e que são promovidos por estes atores.

Conclui-se, portanto, que a MB, em razão das ações previstas no PEM 2040 e que executa com versatilidade, atuando em várias frentes, atua decisivamente para promover a integração regional e contribuir com a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul, de acordo com o que é preconizado na PND e na END.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.
- AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030**. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 07 jul. 2021.
- AKPE, A. China strengthens cooperation with Nigeria Navy, others. **Business Day**, 6 ago. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/OjN1cs> *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.
- AMORIM, Wellington Dantas; CHIOZZO, Vitor Deccache. Comunidade de Segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança? In: **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 99 - 130, 2017.
- BAIMA, Cesar. **Brasil estuda porção submersa de supercontinente no Atlântico Sul**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/imprensa/pdf/estudosubmerso.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.
- BRAGA, Cláudio da Costa. **As lagostas da discórdia**. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130517094658/http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-lagostas-da-discordia>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 5**, de 9 de novembro de 1987. Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-5-9-novembro-1987-367281-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 maio 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.617**, de 4 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental brasileiros, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8617.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8617.htm). Acesso em: 20 fev. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF. 1996.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97**, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm). Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.703**, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm). Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF. 2012.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 373 de 2013**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.570**, de 20 de novembro de 2018. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9570.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9570.htm). Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF. 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília-DF. 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Estado-Maior da Armada. Brasília-DF. 2020c. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub\\_pem\\_2040/book.html](https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.293**, de 25 de março de 2020. Altera o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Decreto/D10293.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10293.htm). Acesso em: 28 jun. 2021.

BUZAN, Barry; WÆVER. Ole; WILDE Jaap de. **Security: A new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers. 1997 *apud* JANICK, Vinícius Ricardo Ferreira. **Poder marítimo, funções das marinhas e consciência situacional marítima: uma análise da perspectiva política sobre a concepção do poder marítimo**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM). Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: [https://ezute.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PODER\\_MARITIMO\\_FUNCOES\\_DAS\\_MARINHAS\\_CONSCIENCIA\\_SITUACIONAL\\_MARITIMA\\_ANALISE.pdf](https://ezute.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PODER_MARITIMO_FUNCOES_DAS_MARINHAS_CONSCIENCIA_SITUACIONAL_MARITIMA_ANALISE.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

CNUDM. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, Jamaica. 1982.

DEFESANET. **ARGENTINA – Navio patrulha oceânica ARA “Bouchard” capturou barco de pesca chinês por pesca ilegal na ZEE**. 2020a. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ar/noticia/36664/ARGENTINA---Navio-patrulha-oceanico-ARA-%E2%80%9CBouchard%E2%80%9D-capturou-barco-de-pesca-chines-por-pesca-ilegal-na-ZEE/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DEFESANET. **Chineses oferecem polo pesqueiro no Sul do Brasil. Oportunidade comercial ou Armadilha Geopolítica?** 2020b. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toas/noticia/39170/Exclusivo-%E2%80%93-Chineses-oferecem-Polo-Pesqueiro-no-Sul-do-Brasil--Oportunidade-Comercial-ou-Armadilha-Geopolitica-/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas. 2ª ed. 2013.

DIEHL JUNIOR, Günther Otto. PRONAPA, PROHIDRO e SARP-E. Destinatário: Jefferson da Silva Sousa. Rio de Janeiro. 05 jul. 2021. 1 mensagem eletrônica.

EXMAN, F. Lula quer abrir “embaixadas em todos os países do mundo”. *Gazeta Mercantil*, 3 maio 2007. Disponível em: <http://goo.gl/kFDHRT> *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima; MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. O Papel do Brasil na Segurança Marítima no Atlântico Sul. In: **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, dez. 2015, p. 25-62.

ICC INTERNATIONAL MARITIME BUREAU. **Piracy and Armed Robbery Against Ships**. United Kingdom. 2021. Disponível em: [https://www.icc-ccs.org/reports/2020\\_Annual\\_Piracy\\_Report.pdf](https://www.icc-ccs.org/reports/2020_Annual_Piracy_Report.pdf). Acesso em: 11 jul. 2021.

JANICK, Vinícius Ricardo Ferreira. **Poder marítimo, funções das marinhas e consciência situacional marítima: uma análise da perspectiva política sobre a concepção do poder marítimo**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em

Estudos Marítimos (PPGEM). Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: [https://ezute.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PODER\\_MARITIMO\\_FUNCOES\\_DAS\\_MARINHAS\\_CONSCIENCIA\\_SITUACIONAL\\_MARITIMA\\_ANALISE.pdf](https://ezute.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PODER_MARITIMO_FUNCOES_DAS_MARINHAS_CONSCIENCIA_SITUACIONAL_MARITIMA_ANALISE.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

JOINT STATEMENT ON THE ATLANTIC CENTRE. Disponível em: [https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/politicalstatement/Documents/Atlantic-Centre\\_Political-Statement\\_29jul21.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/politicalstatement/Documents/Atlantic-Centre_Political-Statement_29jul21.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

LAMPERT, João Alberto de Araújo; COSTA, Edwaldo. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – A importância estratégica e o aprimoramento. In: **Revista Marítima Brasileira**, v. 140, n. 10/12, out./dez. 2020. p. 77-80.

MARINHA DO BRASIL. **Militares da Marinha da África do Sul, do Brasil e da Índia participam da “Operação Ibsamar VI”**. 2018a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/militares-das-marinhas-da-africa-do-sul-do-brasil-e-da-india-participacao-da-operacao>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Corveta “Barroso” participa de missões no Continente Africano**. 2018b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/corveta-barroso-participa-de-missoes-no-continente-africano>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Núcleo da Missão Naval atua como Diretor de Exercício da Guarda Costeira de Cabo Verde**. 2018c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/nucleo-da-missao-naval-atua-como-diretor-de-exercicio-da-guarda-costeira-de-cabo-verde>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO. **Plano de Direção Setorial Da DGN (PDS-DGN)**. 2020a.

MARINHA DO BRASIL. SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. **Plano de Direção Setorial Para os Recursos do Mar e Antártica (PDS-SECIRM)**. 2020b.

MARINHA DO BRASIL. SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. **Relatório Estratégico Anual de OM de Assessoramento do Comandante da Marinha – REAS/2020**. 2020c. Acesso em: 07 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. **Complemento do Relatório Estratégico Anual de OM de Assessoramento do Comandante da Marinha – REAS/2020**. 2020d.

MARINHA DO BRASIL. **Marinha realiza Webinar sobre ZOPACAS**. 2020e. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-realiza-webinar-sobre-zopacas>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL DA MARINHA. **Plano de Direção Setorial do Material (PDS)**. 2021a.

MARINHA DO BRASIL. **Missão de Assessoria Naval auxilia Guarda Costeira de Cabo Verde em reparo de navio inoperante há dez anos**. 2021b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/missao-de-assessoria-naval-auxilia-guarda-costeira-de>

[cabo-verde-em-reparo-de-navio](#). Acesso em: 11 jul. 2021.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**; 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/publico/2010\\_OscarMedeirosFilho.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/publico/2010_OscarMedeirosFilho.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.

MEDEIROS, R. C. O acordo de cooperação militar Brasil-Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. *Revista Marítima Brasileira*, v. 122, n. 7, p. 167-190, 2002. *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

MESQUITA, João Lara. **Pesca ilegal, os abusados chineses no Atlântico Sul**. 2018. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/pesca-ilegal-os-abusados-chineses-no-atlantico-sul/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MINGST, Karen A.; ARRENGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução da 6ª edição. Elsevier. 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Representantes da Zopacas debaterão tráfego, busca e salvamento marítimos em evento do MD**. 2013a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/representantes-da-zopacas-debaterao-trafego-busca-e-salvamento-maritimos-em-evento-do-md>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. 2013b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa). Acesso em: 13 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. 2014a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 21 maio 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Brasil vai apoiar desenvolvimento do Poder Naval de Angola**. 2014b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-vai-apoiar-desenvolvimento-do-poder-naval-de-angola>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Brasil e Cabo Verde deverão reforçar parceria no setor de formação militar**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-e-cabo-verde-deverao-reforcar-parceria-no-setor-de-formacao-militar>. Acesso em 27 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Censipam e Marinha assinam acordo para monitoramento da Amazônia Azul**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/censipam/noticias/censipam-e-marinha-assinam-acordo-para-monitoramento-da-amazonia-azul>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Censipam celebra 19 anos contribuindo com a proteção e o desenvolvimento da Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censipam-celebra-19-anos-protetendo-o-desenvolvimento-da-amazonia>. Acesso em 28 jun. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República Argentina**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-argentina>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Todos os países**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MUNDO LUSÍADA. **Centro do Atlântico proposto por Portugal foi formalizado com 16 países**. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/politica/centro-do-atlantico-proposto-por-portugal-foi-formalizado-com-16-paises/#:~:text=O%20Centro%20do%20Atl%C3%A2ntico%20iniciativa%20de%20Portugal%20que,oceano%20Atl%C3%A2ntico%E2%80%9D%20sublinhou%20o%20ministro%20da%20Defesa%20Nacional>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NKALA, O. Namibia Navy to auction long-serving warship. **Defence web**, 19 out. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/v6zAT7>. *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA. 2014. p. 199-214. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 jan. 2021.

SOUZA, Nathalia Vasconcellos de *et al.* A Estratégia de CT&I da Marinha do Brasil e sua Concatenação com a Legislação e os Documentos Estratégicos de Alto Nível da Defesa Nacional. In: **Anais Eletrônicos do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de**

**Estudos de Defesa.** USP. São Paulo. 3 a 5 de setembro de 2018. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534810684\\_ARQUIVO\\_artigoEMA415XENABEDversaofinal.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534810684_ARQUIVO_artigoEMA415XENABEDversaofinal.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

TEIXEIRA, V. M.; ANSELMO, R. C. M. S. As expectativas brasileiras sobre o Atlântico Sul para o século XXI: geopolítica e desenvolvimento tecnológico. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ENG, 2010. *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

UCHOA, P. Na Guiné Equatorial Lula defende democracia e assina acordo. BBC News, 5 jul. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/ny9jGp>. *apud* ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Matar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Brasília: IPEA. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

UNITED STATES AFRICA COMMAND. 2021. Disponível em: <https://www.africom.mil/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul.** Brasília. IBRI. 2002.

WIEMER, Fernando Eduardo Studart. A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil. In: **Revista Da Escola De Guerra Naval**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 189-206, out. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/235/197>. Acesso em: 27 jun. 2021.

## ANEXO A

## OND VII

**CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A  
SEGURANÇA INTERNACIONAIS**

**ED-15 PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

<b>Trata-se das ações que visam à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da Região nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.</b>	
<b>AED-76</b>	Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.
<b>AED-77</b>	Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.
<b>AED-78</b>	Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional.

**ED-16 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

<b>Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.</b>	
<b>AED-79</b>	Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.
<b>AED-80</b>	Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.
<b>AED-81</b>	Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos multilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.
<b>AED-82</b>	Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.
<b>AED-83</b>	Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica.

**ED-17 ATUAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

<b>Trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais.</b>	
<b>AED-82</b>	Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.
<b>AED-84</b>	Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.
<b>AED-85</b>	Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais.

## ANEXO B

### OBNAV 1 – CONTRIBUIR PARA A DEFESA DA PÁTRIA

<b>EN-1 – SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO DA FORÇA – Esta estratégia visa desenvolver uma Sistemática de Planejamento de Força para a MB, de forma a identificar uma Força crível, realista e em conformidade com as necessidades da sociedade.</b>	
<b>AEN – DEFESA-2</b>	Implantar a Defesa Proativa da Amazônia Azul.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Implantar um sistema de defesa proativo, que, conforme descrito neste Plano, consoante o SisGAAz, dispõe de consciência situacional e agilidade decisória – por intermédio de uma estrutura de comando operacional e sistema de C2 que incorpore novas tecnologias de ciências de dados, como a Inteligência Artificial (IA) -, para conjugar tempestivamente os meios (autônomos e tripulados) que comporão a Marinha do Futuro (2040), dotados de capacidade móvel e/ou predispostos no Atlântico Sul, para assim neutralizar ameaças de toda ordem aos interesses nacionais, a partir de um esforço de prospecção tecnológica que incorpore inovações militares – cinéticas e não cinéticas, especialmente as disruptivas – à Força Naval e suas vertentes doutrinárias e organizacionais.
<b>RESPONSÁVEL</b>	EMA

### OBNAV 4 – COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

<b>EN-4 – MENTALIDADE MARÍTIMA – Esta estratégia visa a ampliar a divulgação da mentalidade marítima na sociedade e nas pessoas diretamente envolvidas com o Poder Marítimo e congrega ações concretas desenvolvidas pela MB em cumprimento às atribuições subsidiárias de competência da Autoridade Marítima.</b>	
<b>AEN – DESENVOLVIMENTO-5</b>	Fortalecer a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).
<b>DESCRIÇÃO</b>	A CIRM, colegiado composto por representantes de diversos órgãos e ministérios, coordenado pelo Comandante da Marinha, trata dos assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), executadas por Programas e Planos Setoriais voltados para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais das áreas marinhas e costeiras, fundamentais à defesa dos interesses e ao protagonismo do Brasil no Atlântico Sul, bem como para a garantia de seus objetivos no Continente Antártico. A atualização dessas políticas, a valorização dos recursos do mar (Economia Azul) e a implementação de uma moldura operacional e jurídica, indispensável para a governança da Amazônia Azul (Planejamento Espacial Marinho), fortalecerão a CIRM e

	sua integração aos demais órgãos colegiados que dispõem sobre assuntos marítimos.
<b>RESPONSÁVEL</b>	SECIRM

### **OBNAV 5 – APOIAR A POLÍTICA EXTERNA**

<b>EN-5.1 – ZOPACAS – Esta estratégia visa a incrementar o nível de relacionamento com as Marinhas Amigas componentes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).</b>	
<b>AEN – POLÍTICA EXTERNA-1</b>	Fomentar e incrementar a participação das Marinhas Amigas na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Realizar ações que visem ao aumento da interação entre as nações que compõem essa Zona de Paz e Cooperação, tornando mais concreta a parceria em matéria de defesa e segurança no Atlântico Sul.
<b>RESPONSÁVEL</b>	EMA

### **OBNAV 6 – MODERNIZAR A FORÇA NAVAL**

<b>EN-6.2 – CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL – Visa substituir meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que ultrapassaram ou estão próximos de ultrapassar sua vida útil.</b>	
<b>AEN – FORÇA NAVAL-4</b>	Obter Navios-Patrolha para compor o Poder Naval (PRONAPA).
<b>DESCRIÇÃO</b>	Obter Navios-Patrolha a serem empregados na proteção da Amazônia Azul.
<b>RESPONSÁVEL</b>	DGMM
<b>AEN – FORÇA NAVAL-5</b>	Obter Navios Hidroceanográficos e Navios de Apoio Antártico (PROHIDRO).
<b>DESCRIÇÃO</b>	Obter os navios a serem empregados na Amazônia Azul e em águas polares, em proveito do Poder Naval, segurança da navegação e do desenvolvimento científico da Antártica.
<b>RESPONSÁVEL</b>	DGMM

<b>EN-6.3 – PODER NAVAL DO FUTURO – Visa reduzir o hiato tecnológico existente de forma a permitir não apenas o desenvolvimento de tecnologias chave, mas principalmente viabilizar sua aplicação no Poder Naval por meio de Conceitos Estratégicos e Doutrinários, de forma a modernizar os meios atuais ou por obtenção de novos meios, que consigam confrontar os Desafios de Médio e Longo prazos.</b>	
<b>AEN – FORÇA NAVAL-8</b>	Obter o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas (SARP-E).
<b>DESCRIÇÃO</b>	Obter SARP-E para contribuir para a obtenção da Consciência Situacional Marítima em defesa da Amazônia Azul, incluindo o apoio às operações de Fuzileiros Navais.
<b>RESPONSÁVEL</b>	DGMM

**OBNAV 10 – AMPLIAR A CONSCIÊNCIA SITUACIONAL MARÍTIMA (CSM) NAS  
ÁREAS DE INTERESSE DA MB**

<b>EN-10 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SisGAAz) – Visa incrementar a capacidade de detecção, localização, acompanhamento, identificação e interceptação dos contatos que estejam nas AJB.</b>	
<b>AEN – CSM-1</b>	Desenvolver o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).
<b>DESCRIÇÃO</b>	Desenvolver a capacidade de monitoramento e o controle das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR), assegurando, ainda, a Consciência Situacional Marítima no entorno estratégico, particularmente no Atlântico Sul. O sistema será composto de centros de comando e controle e sensores que receberão em tempo real as informações de interesse nacional, com o objetivo de proteger o patrimônio nacional e as linhas de comunicação marítimas, além de aprimorar a segurança marítima.
<b>RESPONSÁVEL</b>	DGMM
<b>AEN – CSM-4</b>	Pesquisar elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Realizar levantamentos hidrográficos, oceanográficos, meteorológicos, geológicos e geofísicos em áreas estratégicas de interesse do País, inclusive aquelas além da Plataforma Continental, ampliar as atividades científicas nas ilhas oceânicas; atuar no fomento à pesquisa marinha, por meio da articulação com órgãos governamentais, socioeconômicos, comunidade acadêmica e científica.
<b>RESPONSÁVEL</b>	DGN/SECIRM